

CPI do ensino quer mudança na lei 8.170

A Câmara Legislativa aprovou, ontem à tarde, o relatório final da CPI que apurou denúncias de abuso na cobrança das mensalidades escolares. Elaborado depois de quatro meses de investigações, o documento, que será encaminhado ao Ministério Público e entregue ao presidente Itamar Franco, pede, entre outras providências urgentes, a implementação de mudanças na Lei nº 8.170, que regula a negociação entre pais de alunos e donos de escolas.

De acordo com o presidente da CPI, deputado Agnelo Queiroz (PC do B), o relatório concluiu que existe em Brasília "a cartelização do ensino privado". As mudanças, segundo o parlamentar, são praticamente certas. No dia 1º de dezembro, os membros da CPI visitaram o ministro da Justiça, Maurício Corrêa, para entregar-lhe um esboço do relatório. Na avaliação do presidente da CPI, o ministro gostou do que viu e prometeu enviar ao Congresso Nacional projeto de lei em substituição à Lei nº 8.170. "Tudo com base nos dados da CPI", salienta.

Para o relator da CPI, Wasny de Roure (PT), esta lei é a principal arma dos donos das escolas para aumentar abusivamente as mensalidades. Considerando a alta rentabilidade do setor educacional — maior do que praticamente todos os outros setores do País — e o "total desamparo a que é submetida a sociedade", o relatório recomenda também que o Poder Público promova rigorosa fiscalização contábil nas escolas.

Wasny de Roure ressalta ainda que, considerando que as escolas, às quais é concedido Certificado de Utilidade Pública, praticam, em regra, preços de mensalidades semelhantes aos das instituições de ensino sem fins lucrativos, o relatório recomenda que tais concessões sejam revistas, visando a cassação dos respectivos títulos.

17 DEZ 1993

JORNAL DE BRASÍLIA